



1
2
3
4
5
6 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
7 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
8
9
10

11 Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, às nove horas, na sala de
12 reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5,
13 bloco N, décimo andar, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
14 para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, expediente interno; 2) Informes:
15 Marcha das Margaridas, Orçamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Pacto
16 Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; 3) Avaliação da II Conferência
17 Nacional de Políticas para Mulheres; 4) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher:
18 reestruturação. Estiveram presentes as seguintes representantes governamentais: I) **Ministra**
19 **Nilcéa Freire/SPM**, presidenta do CNDM; II) **Rosiléa Maria Roldi Wille/MEC**; III) **Inajara**
20 **Inês Ferreira/MJ**; IV) **Hildézia Alves Medeiros/MDS**; V) **Mariana Bertol**
21 **Carpanezzi/SEDH**; VI) **Danielle Cancela Cronemberger, representando Débora**
22 **Beserra/MPOG**; VII) **Regina Viola/MS**; VIII) **Thaís Werneck/MC**. E as seguintes
23 Conselheiras da Sociedade Civil: I) **Maria Aparecida Schumacher/AMB**; II) **Justina Inês**
24 **Cima/MMC**; III) **Nilza Iraci Silva/Art.ONGs Mulheres Negras**; IV) **Márcia de Campos**
25 **Pereira/CMB**; V) **Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE**; VI) **Carmen Helena Ferreira**
26 **Foro/CONTAG**; VII) **Jacimar Gouvêa/CONAMI**; VIII) **Arlete Carminatti Zago –**
27 **suplente/BPW-BRASIL**; IX) **Jeanete Assad Mazzeiro/MERCOSUL**; X) **Helena Ribeiro da**
28 **Silva – suplente/Força Sindical**; XII) **Eline Jonas/UBM**; XIII) **Rita Cerqueira Quadros/LBL**;
29 XIV) **Carmen Lúcia Luiz – suplente/ LBL**; XV) **Maria da Conceição Maia de Oliveira**
30 **/MAMA**; XVI) **Creusa Maria de Oliveira/ FENATRAD**; XVII) **Rosa de Lourdes Azevedo**
31 **dos Santos/Rede Feminista de Saúde**; XVIII) **Albertina de Oliveira Costa /Notório**
32 **Conhecimento em Gênero**; XIX) **Clara Charf / Notório Conhecimento em Gênero**. A reunião
33 foi aberta pela Ministra Nilcéa Freire, que cumprimentou a todas e solicitou um minuto de
34 silêncio em memória da Conselheira Maria Ednalva Bezerra de Lima, falecida em 10 de
35 setembro, que por dois mandatos representou a Central Única dos Trabalhadores no CNDM. Em
36 seguida, diversas conselheiras manifestaram-se lamentando o falecimento da companheira de
37 Conselho e ressaltando o compromisso, seriedade, empenho e determinação com que defendeu
38 os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do país. Foi também lembrada a atuação destacada
39 da conselheira Ednalva no CNDM, onde participou de diversas comissões e grupos de trabalho,
40 sempre indicada por suas companheiras conselheiras, como foi na recente Comissão
41 Organizadora Nacional da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. As conselheiras
42 Nilza Iraci e Schuma Schumacher relataram às demais as últimas homenagens que Ednalva
43 recebeu, primeiramente em Campinas, onde morava e onde veio a falecer, quando diversas
44 Conselheiras estiveram presentes tendo sido representadas na ocasião pela fala da Conselheira
45 Helena Ribeiro, e em Campina Grande, sua cidade natal onde foi enterrada. No enterro da
46 Conselheira Ednalva o CNDM foi representado pelas conselheiras Schuma Schumacher e Nilza
47 Iraci e pela Secretária do Conselho, Susana Cabral. Foi apresentada uma pequena homenagem da
48 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres à Conselheira Ednalva, na forma de um power-
49 point com fotos da Conselheira na II CNPM e declarações de Ednalva sobre igualdade e direitos

50 das mulheres; além disso, cópias das mensagens de pesar enviadas ao CNDM foram entregues à
51 Conselheira Carmen Foro, para que fizesse chegar à CUT-Central Única dos Trabalhadores,
52 entidade que a Conselheira Ednalva representou no CNDM. Em seguida, a Ministra apresentou
53 as justificativas de ausência das conselheiras Marilma Torres, Eleutéria Amora, Maria Elvira
54 Salles e Lia Zanotta, e passou a apresentar às conselheiras o Pacto Nacional pelo Enfrentamento
55 da Violência contra as Mulheres. Informou que o Pacto Nacional é uma iniciativa do Governo
56 Federal, sob a coordenação da SPM, voltada para o desenvolvimento de um conjunto de ações
57 para os próximos quatro anos, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Até 2011,
58 serão aplicados R\$ 1 bilhão em quatro áreas principais: consolidação da Política de
59 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha;
60 Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres; Combate à Exploração Sexual de
61 Meninas e Adolescentes e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das
62 Mulheres em Situação de Prisão. Em seguida, foi apresentado o Orçamento da Secretaria
63 Especial de Políticas para Mulheres, seguido de manifestações das conselheiras Débora Beserra,
64 do Ministério do Planejamento e Schuma Schumacher/AMB, quando decidiu-se pela criação, no
65 âmbito do CNDM, de um Grupo de Trabalho com a finalidade de acompanhar o ciclo
66 orçamentário e o desenvolvimento do Plano Plurianual. O GT deverá acompanhar, articular com
67 as demais conselheiras, informando, exercendo pressão, interagindo com as outras entidades do
68 movimento social que já estão trabalhando nesse sentido. Foram indicados e aprovados para
69 compor o referido GT as conselheiras Débora Nogueira Beserra/Ministério do Planejamento,
70 Hildézia Alves Medeiros/MDS, Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA, Schuma Schumacher/AMB,
71 Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos/Rede Feminista de Saúde, Jeanete Assad
72 Mazzeiro/Fórum de Mulheres do Mercosul e Jacimar de Almeida Gouvêa/Conselho Nacional
73 das Mulheres Indígenas. Após o intervalo para o almoço, passou-se para a avaliação da II
74 Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, ocorrida em agosto Segundo a Ministra
75 Nilcéa, o que se viu na II CNPM é o retrato da construção da mudança no país e do processo de
76 participação social, pois o país está mudando e as mulheres também, fazendo com que,
77 diferentemente da primeira Conferência, nesta segunda tenha havido uma maior presença de
78 movimentos populares e menor presença de lideranças. Outro aspecto destacado pela Ministra
79 foi em relação ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que a partir da II CNPM tem novos
80 eixos, informando que o Plano Revisado será lançado em março de 2008, o que trará como
81 consequência a reformulação do Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para
82 Mulheres, que passará a contar com novos Ministérios, de acordo com os novos eixos do Plano,
83 e aumentará o número de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foi
84 decidido que o CNDM contará com três representantes no Comitê, sendo indicadas e aprovadas
85 para titulares as conselheiras Lia Zanotta (Rede Feminista de Saúde), Eline Jonas (União
86 Brasileira de Mulheres) e Nilza Iraci (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras), tendo como
87 suplentes as conselheiras Odisséia Carvalho (Confederação Nacional dos Trabalhadores em
88 Educação), Arlete Zago (BPW- Federação das Associações de Mulheres de Negócios) e Helena
89 Ribeiro (Força Sindical). A Ministra informou ainda que, em relação ao novo eixo “Mulher nos
90 espaços de Poder”, está sendo feito um estudo no Ministério da Justiça do ordenamento jurídico
91 para a proposta de uma Lei de Igualdade, defendida pelas delegadas governamentais na IICNPM.
92 No debate que se seguiu sobre a II Conferência, a conselheira Schuma Schumacher destacou o
93 desconhecimento nos municípios do que é o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a
94 heterogeneidade de experiências e trajetórias por parte das delegadas, a dificuldade de
95 sistematização no relatório dos grupos, sugerindo que a próxima Conferência Nacional aconteça
96 três meses depois da sistematização dos relatórios estaduais e municipais. Além disso, a
97 conselheira sugeriu que primeiramente Estados e Municípios elaborem seu Plano, e a partir daí a
98 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres vá pactuar com eles, e que aqueles estados e

99 municípios que já têm Plano possam ter mais pontos para aprovação de projetos na SPM. Para a
100 Conselheira Nilza Iraci, há necessidade de mudar o formato da Conferência, destacando que a
101 Conferência mostrou que o feminismo mudou, e que, para as mulheres negras a IICNPM foi um
102 dos melhores momentos do movimento da última década. Para a Conselheira Justina
103 Cima/Mulheres Camponesas o novo eixo do Plano relativo ao Meio Ambiente é amplo,
104 envolvendo as questões de sustentabilidade e acesso à terra, salientando que a IICNPM trouxe à
105 tona, de forma organizada, muitas questões que a sociedade conservadora procura esconder,
106 tendo no grande número de mulheres participantes sua maior conquista. Para a conselheira Eline
107 Jonas, a metodologia deve mudar e as delegadas devem aprender a levar de volta para seu
108 município os resultados da conferência. Acrescentou que, sobre o processo como um todo, sua
109 avaliação é de que as conselheiras poderiam ter trabalhado mais, mas não o fizeram por não se
110 sentirem com delegação. A Conselheira Mariana Carpanezzi/SEDH considerou o formato da
111 IICNPM muito corajoso, por levar a discussão de todos os temas em todos os grupos. Observou
112 a existência de uma tensão entre governo e sociedade civil, que ao final chegou a um reatamento,
113 considerado por ela como o ponto mais importante dos ganhos. A Conselheira Concita
114 Maia/MAMA destacou os ganhos no próprio processo das Conferências Municipais, que
115 contribuiu para a criação de novos conselhos municipais de direitos das mulheres e de novas
116 lideranças, destacando ainda como muito positiva a visibilidade dada na IICNPM à questão do
117 meio ambiente. A Conselheira Odisséia Carvalho/CNTE destacou que as disputas permearam os
118 movimentos (negras, lésbicas, etc), não sendo polarizada entre Governo e Sociedade Civil. A
119 Conselheira Albertina Costa considerou a IICNPM foi um grande sucesso, com o fortalecimento
120 de diversos segmentos, dando como exemplos as negras e as jovens, lembrando ainda o reforço
121 para a SPM, fortalecida dentro e fora do governo. Para a Conselheira Clara Charf, a Conferência
122 foi o que já houve até hoje de mais democrático, considerando-a uma conquista inesquecível
123 para as mulheres brasileiras. Destacou ainda a necessidade de aprofundar o trabalho na base,
124 vindo dos municípios, e de haver maior divulgação para o trabalho desenvolvido pela Secretaria
125 Especial de Políticas para Mulheres. A Conselheira Creuza Oliveira salientou a importância da
126 IICNPM como espaço de formação política para as mulheres brasileiras. A Conselheira Jacimar
127 Gouvêa/Mara Kambeba destacou o avanço das mulheres indígenas nesta Conferência, pois
128 tiveram representantes de todos os estados, e reconheceu como acertado o critério da
129 organização de não ter cotas para as indígenas. tiveram representantes de todos os
130 estados. Aumento do diálogo com a SPM, participação dos conselhos estaduais e municipais. – A
131 Conselheira Rosilea Wille/ MEC destacou os bons resultados da IICNPM para dentro do
132 Governo, aumentando o diálogo com a SPM, estimulando a agenda de gênero dentro do MEC e
133 trazendo um maior entrosamento do Ministério da Educação com os núcleos de gênero das
134 Universidades Federais. A reunião do CNDM prosseguiu no dia seguinte, 27 de setembro, com o
135 ponto sobre a reformulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sua estrutura,
136 composição e funcionamento . Os principais pontos levantados foram sobre o caráter
137 deliberativo ou consultivo, sobre sua autonomia, cabendo ou não a presidência ser exercida
138 pela titular da SPM, a necessidade de haver Mesa Diretora, de se garantir o controle social
139 também através do apoio do CNDM aos conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher,
140 entre outros. Por entender a amplitude e complexidade do tema, foi criado um grupo de trabalho
141 no âmbito do CNDM para, no prazo de 60 dias, promover avaliação e propor eventuais
142 mudanças em seu regimento, atribuições e composição, formado pelas conselheiras Albertina
143 Costa, Carmen Lucia Luiz, Márcia Campos e Carmen Foro, e pelas conselheiras governamentais
144 Mariana Carpanezzi/SEDH, Hildézia Medeiros/MDS e Regina Viola , através de portaria
145 assinada pela Ministra a ser publicada no Diário Oficial. Além disso, foi aprovada Resolução
146 prorrogando o atual mandato das Conselheiras por mais seis meses, a contar do dia 14 de

147 setembro de 2007, data do término do mandato atual. Definidos estes pontos, a Ministra Nilcéa
148 agradeceu a presença de todas e deu por encerrada a reunião.